



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE MOGI MIRIM – 0022

[2001 a 2500 processos]

Aos 04 dias do mês de abril de 2017, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 02/2017, divulgado em 02/02/2017 no DEJT (Edição 2161/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 287). Presentes a Juíza Titular PATRICIA GLUGOVSKIS PENNA MARTINS, o Juis Substituto Auxiliar Fixo MAURICIO BEARZOTTI DE SOUSA e a Juíza Substituta PAULA ARAÚJO OLIVEIRA LEVY. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtluft
Jurisdição Atendida:	ARTUR NOGUEIRA, SANTO ANTONIO DE POSSE, ENGENHEIRO COELHO, MOGI MIRIM, HOLAMBRA
Lei de Criação:	6.563/78
Data de Instalação:	21/02/1979
Data de Instalação do PJE:	28/05/2014
Data da Última Correição:	26/04/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	19 %
Acervo PJe/Acervo Total:	81 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
PATRICIA GLUGOVSKIS PENNA MARTINS	06/02/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
22/02/2016 a 11/04/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
12/04/2016 a 11/05/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
12/05/2016 a 12/05/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
13/05/2016 a 11/06/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
13/06/2016 a 12/07/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
13/07/2016 a 11/08/2016	FERIAS
07/11/2016 a 09/11/2016	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
09/01/2017 a 07/02/2017	FERIAS
08/02/2017 a 09/03/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
08/02/2017 a 03/04/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
10/03/2017 a 10/03/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
13/03/2017 a 03/04/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/04/2016 a 27/03/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
BRUNO DA COSTA RODRIGUES	19/02/2017 a 10/03/2017
BRUNO DA COSTA RODRIGUES	11/03/2017 a 12/03/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
GUSTAVO TRIANDAFELIDES BALTHAZAR	10/02/2016 a 15/05/2016
GUSTAVO TRIANDAFELIDES BALTHAZAR	15/06/2016 a 16/08/2016
GUSTAVO TRIANDAFELIDES BALTHAZAR	16/09/2016 a 18/09/2016

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
12/08/2016 a 12/08/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO

NOME	PERÍODO
MAURICIO BEARZOTTI DE SOUZA	19/09/2016 a 19/12/2016
MAURICIO BEARZOTTI DE SOUZA	07/01/2017 a 03/04/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
18/11/2016 a 17/12/2016	FERIAS

NOME	PERÍODO
PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY	13/03/2017 a 03/04/2017

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/04/2016 a 27/03/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
RONALDO CAPELARI	13/04/2016 a 21/04/2016
RONALDO CAPELARI	22/04/2016 a 12/05/2016
RONALDO CAPELARI	13/05/2016 a 12/07/2016
RONALDO CAPELARI	13/07/2016 a 17/07/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
TERESA CRISTINA PEDRASI	07/01/2016 a 18/08/2016

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
11/02/2016 a 12/04/2016	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
13/04/2016 a 21/04/2016	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
22/04/2016 a 12/05/2016	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
13/05/2016 a 12/07/2016	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
13/07/2016 a 17/07/2016	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
18/07/2016 a 07/02/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
08/02/2017 a 19/02/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
19/02/2017 a 10/03/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
11/03/2017 a 03/04/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO

NOME	PERÍODO
VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA	08/02/2017 a 19/02/2017

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [28/02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
DEBORA DE ALMEIDA MARTINS	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	06/02/2015
EVANDRO DE FREITAS MUNIZ	AJ-OJA	-	10/06/2005
GERSON RODRIGUES LEITE	REQ	-	09/03/2015
JOAO BATISTA DUARTE	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	19/09/2016
MARIA CRISTINA LONGATTO FRITTELLA	AJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	30/10/1992
MARIA JOSE DA SILVA GALO	TJA	FC-04 CALCULISTA	28/07/1993
MARLI ROSA DE CAMPOS BUENO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	28/03/2011
NAIRA GOMES MACIEL	AJJ	-	13/04/2015
NEUSA HELENA DE PAULA CARVALHO	AJA	FC-02 ASSISTENTE	03/11/2010
PAULO CESAR DE OLIVEIRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	25/02/2002
RAFAEL MOISES DE CARVALHO JUNIOR	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	01/12/2011
SILVIA MAURA MOREIRA DA SILVA GONCALVES FERREIRA	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	23/08/1999
SILVIO JOSE BATISTA	TJ-SEG	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	16/05/1988
VAGNER OSCAR DE OLIVEIRA	AJ-OJA	-	28/01/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			13
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			1
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			15-16 + 3 OJ



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	5
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	76
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	2
VIAGEM A SERVIÇO	2
TOTAL	85



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [28/02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
FRANCISCO FLAVIO FERREIRA DOS SANTOS	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/04/2016



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [28/02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
MAURICIO BEARZOTTI DE SOUZA	30
PATRICIA GLUGOVSKIS PENNA MARTINS	104
RONALDO CAPELARI	30

SERVIDORES	HORAS
GERSON RODRIGUES LEITE	7
JOAO BATISTA DUARTE	40
NAIRA GOMES MACIEL	420
PAULO CESAR DE OLIVEIRA	40
RAFAEL MOISES DE CARVALHO JUNIOR	84
SILVIA MAURA MOREIRA DA SILVA GONCALVES FERREIRA	15



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	771	1.308	---
	Aguardando encerramento da instrução	805	863	---
	Aguardando prolação de sentença	229	113	---
	Aguardando cumprimento de acordo	640	368	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	3.874	4.068	---
	Pendentes de finalização	3.936	4.182	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	210	515	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	467	498	---
	Pendentes de finalização	611	834	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.194	1.449	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	774	629	---
	Pendentes de finalização	1.264	1.583	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	1	2	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	66	86	---
TOTAL		5.878	6.688	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	419	438	82
Exceções de Incompetência	37	23	12
Antecipações de Tutela	588	578	45
Impugnações à Sentença de Liquidação	43	20	36
Embargos à Execução	75	77	37
Embargos à Arrematação	0	2	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	8	9	4
TOTAIS	1.170	1.147	216



6 - RECURSOS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	973	949	151
Recurso Adesivo	57	61	6
Agravo de petição	52	57	5
Agravo de Instrumento	27	9	17
TOTAIS	1.109	1.076	179



7 - PRAZOS MÉDIOS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	734	111	202	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.691	269	354	---
Total / Média	2.425	222	315	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	680	111	205	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.526	280	357	---
Total / Média	2.206	228	316	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	275	20	24	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	984	31	36	---
Total / Média	1.259	29	33	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	210	227	262	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	624	284	270	---
Total / Média	834	270	269	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	1.132	2.711	1.925	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	49	1.203	1.218	---
Total / Média	1.181	2.648	1.851	---

*Do início até a extinção da execução

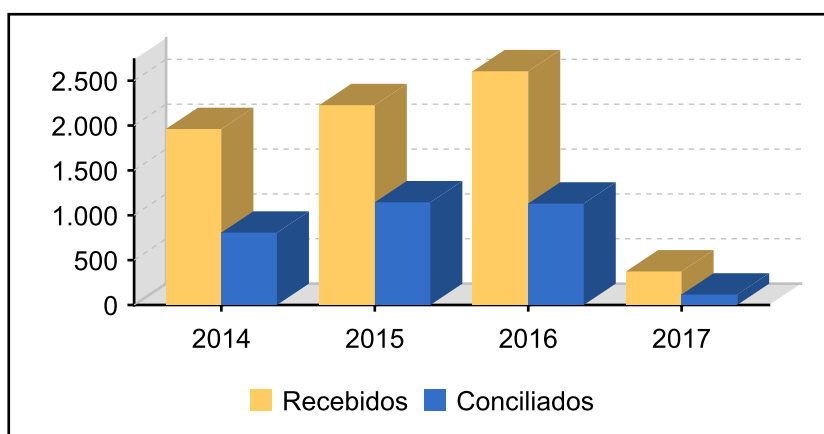


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

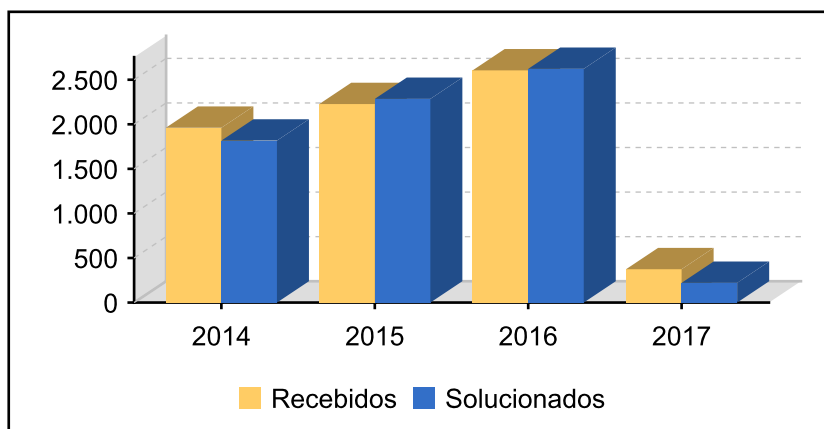
8.1 - Índice de conciliações [até 02/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	1.961	806	41,10
2015	2.227	1.144	51,37
2016	2.605	1.130	43,38
2017	374	116	31,02



8.2 - Índice de soluções [até 02/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.961	1.817	92,66
2015	2.227	2.285	102,60
2016	2.605	2.622	100,65
2017	374	221	59,09



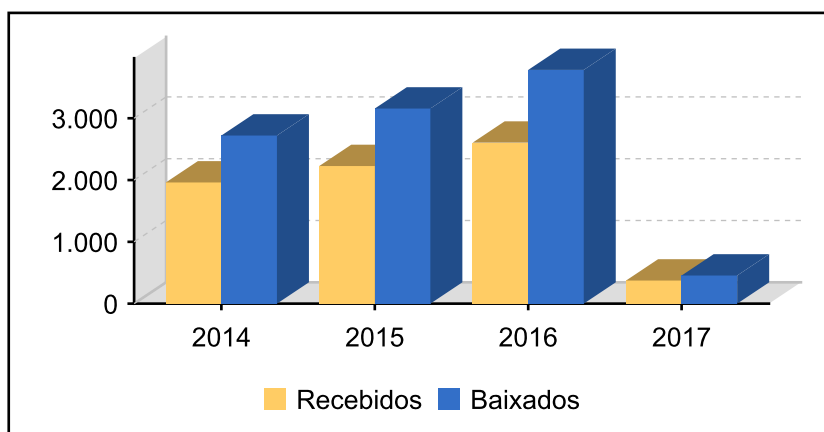


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

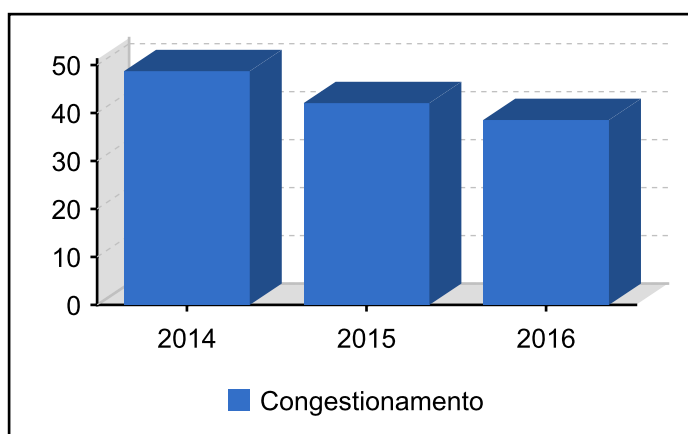
8.3 - Índice de baixas [até 02/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	1.961	2.720	138,70
2015	2.227	3.157	141,76
2016	2.605	3.782	145,18
2017	374	455	121,66



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.582	1.961	1.817	48,72
2015	1.717	2.227	2.285	42,06
2016	1.661	2.605	2.622	38,54

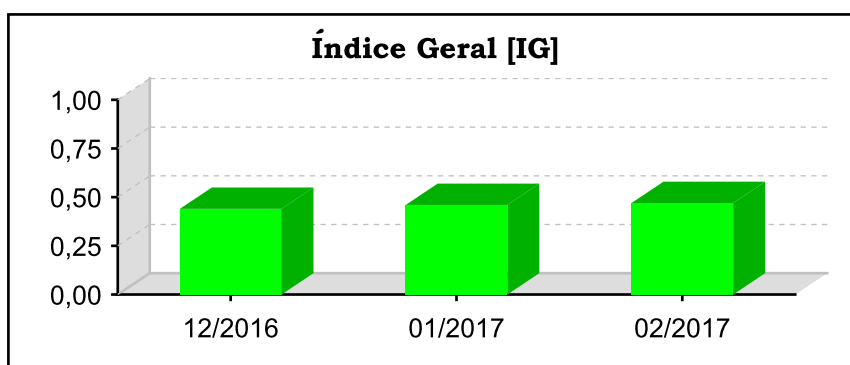
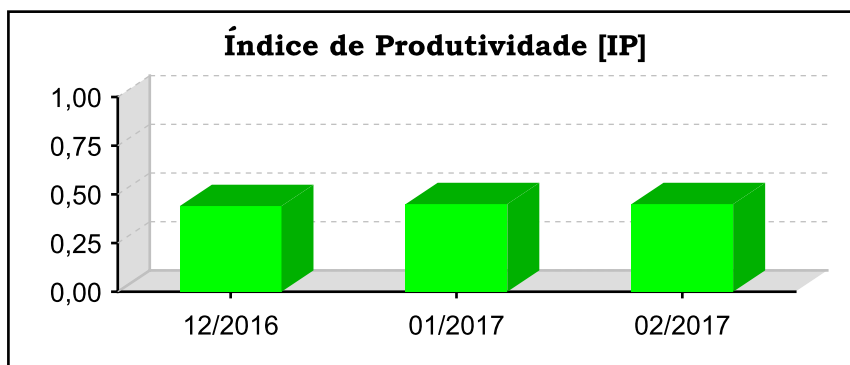
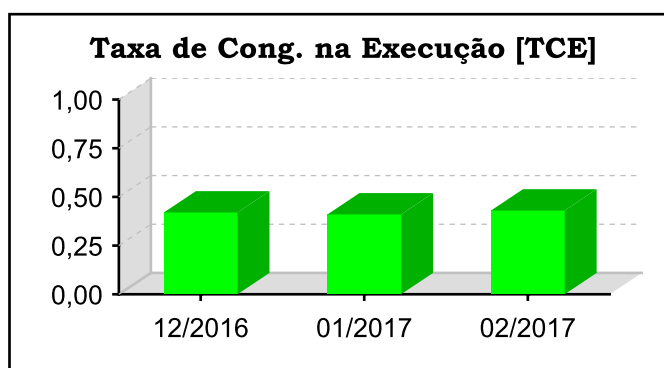
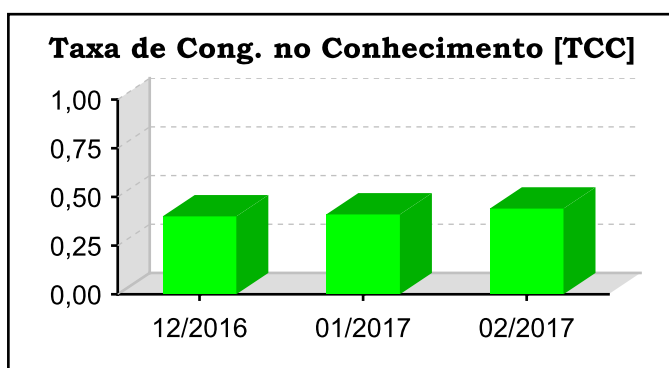




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
12/2016	0,40	0,42	0,44	0,44
01/2017	0,41	0,41	0,45	0,46
02/2017	0,44	0,43	0,45	0,47





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.128	94,0	99,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.137	94,8	100,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.265	188,8	199,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	200	16,7	17,6
Incidentes Processuais Resolvidos	1.216	101,3	107,0
Dias-Juiz	341	28,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	41.612	70,8	43,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	48.237	82,0	50,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	89.849	152,8	94,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	18.709	31,8	19,6
Incidentes Processuais Resolvidos	35.623	60,6	37,3
Dias-Juiz	28.641	48,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.314	70,4	46,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	138.490	75,4	49,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	267.804	145,9	95,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.457	27,5	17,9
Incidentes Processuais Resolvidos	98.022	53,4	34,9
Dias-Juiz	84.374	46,0	---

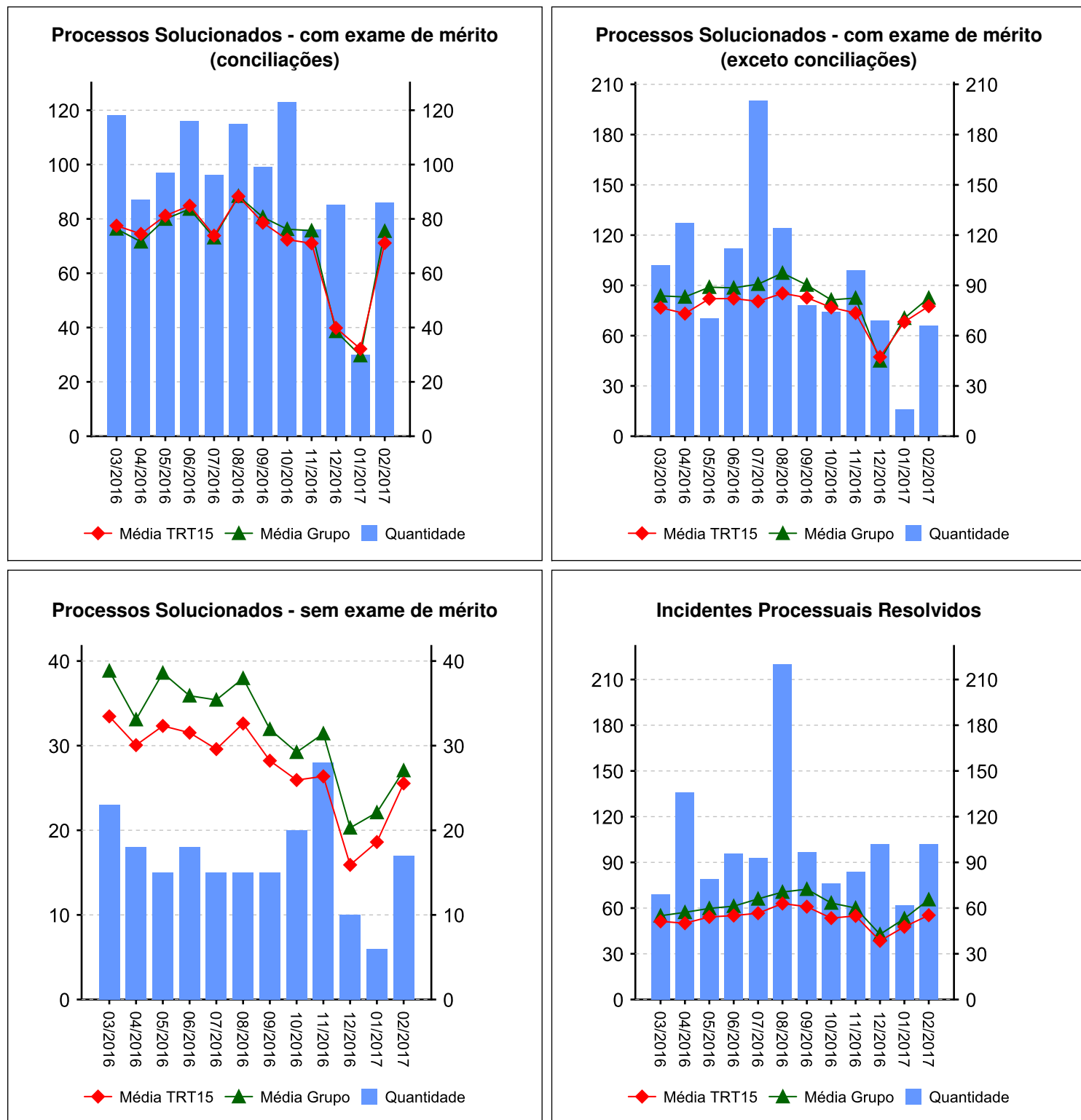
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	584	48,7	51,4
Sessões de audiência realizadas - instrução	572	47,7	50,3
Sessões de audiência realizadas - una	1.835	152,9	161,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	436	36,3	38,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	119	9,9	10,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.407	200,6	211,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	555	46,3	48,8
Dias-Juiz	341	28,4	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	41.661	70,9	43,6
Sessões de audiência realizadas - instrução	30.472	51,8	31,9
Sessões de audiência realizadas - una	53.542	93,0	56,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	10.150	17,3	10,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	10.008	17,0	10,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	84.014	142,9	88,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	20.158	34,3	21,1
Dias-Juiz	28.641	48,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	123.476	72,5	43,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	91.123	49,6	32,4
Sessões de audiência realizadas - una	154.465	84,7	54,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	30.967	16,9	11,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	31.455	17,1	11,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	245.588	133,8	87,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	62.422	34,0	22,2
Dias-Juiz	84.374	46,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado



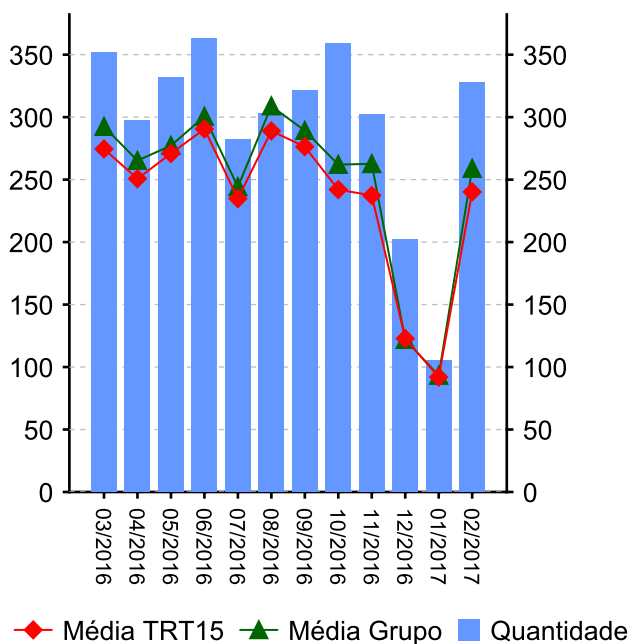
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

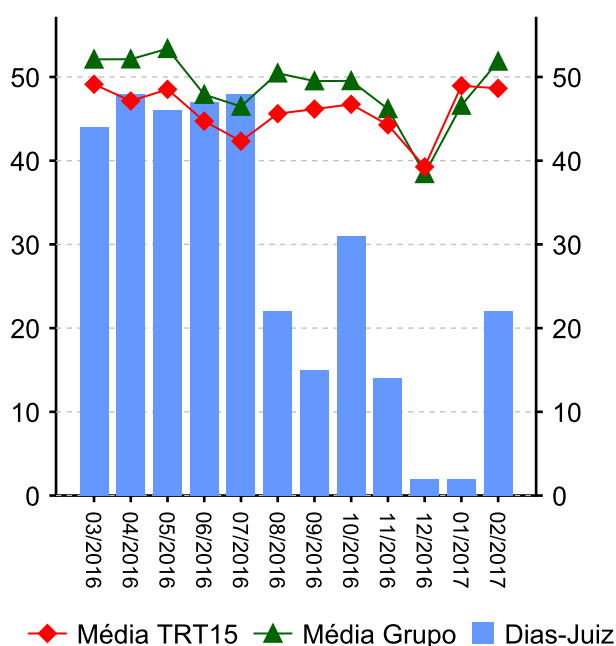
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
03/2016	24	10	62	53	203	352
04/2016	46	32	32	54	133	297
05/2016	14	8	65	61	184	332
06/2016	61	10	59	48	185	363
07/2016	29	10	49	49	145	282
08/2016	40	10	61	46	146	303
09/2016	53	4	51	51	162	321
10/2016	11	12	51	65	220	359
11/2016	64	8	40	44	146	302
12/2016	4	7	47	19	125	202
01/2017	32	4	13	17	39	105
02/2017	58	4	54	65	147	328
Total	436	119	584	572	1835	3546

Dias-Juiz



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
03/2016	44
04/2016	48
05/2016	46
06/2016	47
07/2016	48
08/2016	22
09/2016	15
10/2016	31
11/2016	14
12/2016	2
01/2017	2
02/2017	22
Média Mensal	28,4



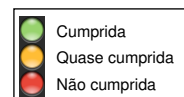
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

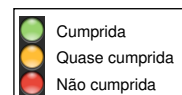
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
2605	2622	0	217	218	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

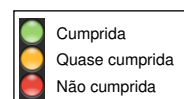
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1961	1765	1890	0	218	52	24 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
796	1736	0	66	145	100 %





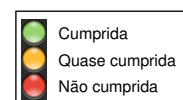
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

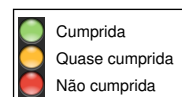
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
14	15	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
334	241	327	100 %





12 - ARRECADAÇÃO [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 153.302,91	R\$ 92.636,96	R\$ 0,00	R\$ 2.725.274,47



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA))	Lotação atual (exceto OJA)	Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)
2.264	2001 a 2500	15-16	12	13

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está abaixo dos parâmetros previstos na referida Portaria.

14 – ACERVO DA UNIDADE:

14.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fontes: informação da Unidade e consulta realizada na Corregedoria)

	PJe*		SAP*
Data de corte:	17/2/2017	Data de corte:	17/2/2017
Saldo:	115	Saldo:	77
Data do mais antigo	7/2/2017	Data do mais antigo	30/1/2017
Total:		192	

**Consulta realizada no dia 27/3/2017, entre 15/16h.*



14.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,47.

Esse índice já demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Além disso, como registrado no item anterior, há saldo inexpressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias.

14.3- MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS *(informação da Unidade em 17/3/2017)*:

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

UNIDADE	QUANTIDADE	DATA MAIS ANTIGA
Vara do Trabalho de Mogi Mirim	53	03/02/2017
TOTAL	53	-

15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0012109-16.2015.5.15.0022, 0010754-34.2016.5.15.0022 e 0012024-30.2015.5.15.0022;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



15.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 28/3/2017, verificou-se a existência de 754 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0000068-56.2011.5.15.0022, 0010012-77.2014.5.15.0022 e 0000690-67.2013.5.15.0022);

15.3 – não ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

15.4 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, e a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

15.5 – designa audiências em quatro dias da semana, sendo nas terças e quartas de manhã e a tarde, segundo consulta ao PJ-e no período de 27/3/2017 a 26/3/2018;

15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 119 no período de 3/2016 a 2/2017;

15.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

16 – PRODUTIVIDADE DA VARA:

16.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



A Unidade apresenta índice de 0,51 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Mogi Mirim apresenta 51% do maior saldo de processos pendentes.

Observa-se que o cálculo de dias-juiz no item 10.2 desta Ata teve seu resultado distorcido, já que, por um problema técnico, o sistema automatizado calculou período de afastamento da Juíza Teresa Cristina Pedrasi posteriormente ao encerramento de sua designação para atuar na Unidade (19/08/2016) – o que já foi encaminhado ao setor responsável. Além disso, não foram reconhecidas algumas portarias, o que se registra ao final da presente Ata. Assim, a disponibilidade média de magistrados indicada no supracitado item (28,4) não reflete a realidade, e a média real de dias-juiz é de 43,75, ainda abaixo da média do grupo (48,7) conforme quadro abaixo:

Mês/ano	Qtde
03/2016	44
04/2016	48
05/2016	46
06/2016	48
07/2016	48
08/2016	35
09/2016	45
10/2016	63
11/2016	44
12/2016	21
01/2017	33
02/2017	50
Média mensal	43,75

Também se observa que a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (94,0 – RARIA 64,45*) superior à média de referido



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



grupo (70,8 – RARIA 43,6). Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito foi de 94,8 (RARIA 65*), também superior à média do grupo foi de 82,5 (RARIA 50,5).

**recalculado o RARIA considerando a média de 43,75 dias-juiz.*

17 – AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJ-e realizada em 27/3/2017, às 16h00, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS	13/6/2017	-	78
UNAS	28/6/2017	38 (*)	93
INSTRUÇÕES	28/6/2017	23	93
CONCILIAÇÃO	25/5/2017	3	-
MEDIAÇÃO	23/5/2017	-	-

Obs. Foi verificado que a pauta não é automatizada, processos envolvendo Órgãos Públicos são excluídos de pauta. Feitos com pedido dependente de prova pericial são incluídos em pauta de audiência inicial - nesse último caso, a audiência de instrução, seria designada apenas após a realização dessa prova técnica, permanecendo fora de pauta até então.

() Na data da consulta havia 37 processos na Triagem inicial aguardando designação de audiência.*

17.1 – Composição das pautas (fonte: Vara do Trabalho).

17.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	5	4	3			12
	tarde						



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



terça	manhã	12					12
	tarde	5	4	3			12
quarta	manhã	12					12
	tarde	5	4	3			12
quinta	manhã	5	4	3			12
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

17.1.2 – JUIZ AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	5	4	3			12
	tarde						
terça	manhã	12					12
	tarde	5	4	3			12
quarta	manhã	12					12
	tarde	5	4	3			12
quinta	manhã	5	4	3			12
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

17.1.3 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que é feita uma triagem dos processos baixados do TRT e antes de iniciar a liquidação são marcadas audiências de conciliação naqueles com possibilidade de acordo. Também são designadas audiências de conciliação em alguns processos da fase de execução. Em média são incluídos 30 processos por mês em pauta de conciliação.

Frise-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que,



estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

17.1.4 – ANÁLISE:

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 28/2/2017, tem alta produtividade de audiências unas e de instrução (200,6 – RARIA 137,55*) se comparada com a média mensal do grupo (142,9 – RARIA 88,0), bem como com a média do TRT (133,8 – RARIA 87,3), de acordo com os atuais critérios adotados.

Verificou-se que do total de 3.546 audiências, 584 foram do tipo inicial, 572 de instrução, 119 de conciliações na execução, 436 de conciliação no conhecimento e 1.835 unas. Além disso, há audiências iniciais agendadas até 13/6/2017, audiências UNA e de instrução até 28/6/2017.

Quanto às boas práticas, além das medidas já divulgadas, sugere-se a adoção do projeto “Mediação/Ini”, adotado na Vara do Trabalho de São Sebastião. A prática consiste em designar audiência de mediação, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da audiência inicial no caso de ausência da parte. Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, é marcado o prosseguimento dessa audiência, desdobrando-a em instrução, caso as partes insistam na necessidade de produção de prova oral.

**recalculado o RARIA considerando a média de 43,75 dias-juiz.*

18 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição ao longo do ano de 2016 e também às hastas designadas para 2017. No entanto, em pesquisa por amostragem, verificou-se a retirada de bens ou processos sob justificativa de quitação do débito, ou



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



ainda por estar incompleta a descrição do bem, indicando lançamentos incorretos no sistema.

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – utilizar a Tabela Dinâmica do SAP1G, se houver processos físicos, como instrumento de gestão dos feitos sem tramitação;

19.2 – utilizar, além dos agrupadores, também filtros e avisos para identificar as questões urgentes nos processos;

19.3 – observar a Recomendação GP-SS nº 01/2014 (pausas em trabalho com movimentos repetitivos e esforço visual) e Recomendação CR nº 02/2014 (Intimação das partes sobre perícia e pagamento de honorários periciais), este último especialmente pelo impacto prático na uniformização de rotinas de trabalho;

19.4 – ordenar a pronta liberação de valores, após a liquidação de sentença em que se apurar créditos superiores ao depósito recursal, pela celeridade e efetividade processual;

19.5 – atribuir aos assistentes de juiz a responsabilidade pela confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, devendo a ordem judicial nelas contidas ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dê imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012;

19.6 – designar audiência de instrução no mesmo ato em que for determinada a perícia, fim de tornar aferível a real situação da pauta de instruções.

20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

20.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

20.3 – diligenciar pelo devido cadastro das Requisições de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

20.4 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

20.5 – observar os requisitos e condições para exercício do teletrabalho, dispostos na Resolução CSJT nº 151/2015, especialmente: art. 8º (servidores em regime de teletrabalho devem apresentar um incremento na produtividade, a ser determinado e aferido pelo titular da Unidade, nunca inferior a 15%) e Resolução CNJ 227/16 de 15/6/16;

20.6 – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

20.7 – intensificar a realização de audiências de tentativa de conciliação ou mediação nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

20.8 – utilizar regularmente as ferramentas BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, BNDT, SERASA, CCS, CENIB, JUCESP, SIMBA, exaurindo as iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

20.9 – proceder a regular habilitação do GIE e dos Oficiais de Justiça para a utilização do convênio INFOSEG, se necessário for;

21.10 - apresentar, no prazo de 10 (dez) dias plano de ação a ser anexado no PROAD da Vara. para cumprimento das 53 diligências com os Oficiais de Justiça, com



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



prazo vendido, sendo a mais antiga de 3/2/2017;

20.11 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no art. 2º do Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim zelando pela celeridade processual e bom atendimento ao jurisdicionado, contrário do verificado nos processos nº 0165200-15.2004.5.15.0022.

21 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0002072-32.2012.5.15.0022	Prazo	Processo com prazo para razões finais vencido Tramitar com a ocorrência “PAN” - Conclusos, conforme Portaria GP-CR nº 89/2015. Processo incluso na META 2 do CNJ.
2	0001400-24.2012.5.15.0022	Ocorrência RMA	Na ocorrência desde 26/1/2017, na variável 342 – pendentes de finalização da fase de conhecimento. Regularizar o feito.
3	0000851-43.2014.5.15.0022	Ocorrência BDT	Processo na ocorrência BDT desde 14/2/2017. Determina-se a conclusão do feito para deliberação quanto ao prosseguimento, conforme Autogestão Orientada – Ofício Circular1/2016-CR.
4	0031800-31.2006.5.15.0022	Ocorrência DES	Processo na ocorrência DES desde 2/3/2017. Verifica-se que o conteúdo do despacho limita-se a um “ponto”. Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas. Determina-se o prosseguimento do feito. Há outros 16 processos nesta ocorrência.
5	0001092-35.2012.5.15.0071	Ocorrência RMA	Na ocorrência desde 17/11/2015, pendente na variável 353 – pendentes de finalização da fase de execução. Determina-se a conclusão do feito para deliberação quanto ao prosseguimento.
6	0012400-75.1999.5.15.0022	Prazo	Pendente na variável 150 – Embargos à execução pendentes, desde 26/6/2014. Determina-se a regularização do feito.
7	0168500-43.2008.5.15.0022	Prazo	Pendente na variável 168 – Exceção de pré-executividade pendentes desde 14/6/2016. Determina-se a regularização do feito.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



8	0011671-53.2016.5.15.0022	Tarefa preparar comunicação	Processo pendente desde 9/3/2017, A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Regularizar o processo. Há outros 58 processos na tarefa
9	0011563-58.2015.5.15.0022	Tarefa Análise da liquidação	Pendente na tarefa desde 13/3/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outros 30 processos nesta tarefa.
10	0064100-41.2009.5.15.0022	Tarefa Minutar Expediente de secretaria	Pendente na tarefa desde 13/3/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outros 49 processos nesta tarefa.
11	0001997-90.2012.5.15.0022	Tarefa Análise da Execução	Pendente na tarefa desde 20/3/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outros 2 processos nesta tarefa.
12	0011341-56.2016.5.15.0022	Tarefa Encaminhar RPV - Precatório	Pendente na tarefa desde 21/3/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo.
13	0000036-80.2013.5.15.0022	Tarefa Expedir RPV - Precatório	Pendente na tarefa desde 21/3/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outros 23 processos nesta ocorrência.
14	0010248-92.2015.5.15.0022	Tarefa Minutar Expediente de secretaria - Exec	Pendente na tarefa desde 14/3/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo. Há outros 61 processos nesta tarefa.

22 - CONSTATAÇÕES:

Após a apresentação dos principais índices da Unidade, foi realizada reunião com os servidores das equipes de conhecimento, liquidação e execução e com o trio gerencial, para orientações quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho, regularização das inconsistências e lançamentos das ocorrências nos SAP1G e PJe, entre outros, o lançamento de resultados nos incidentes processuais e recursos e requisições de pequeno valor – RPV.

Foram orientados a dar especial atenção aos Processos da Meta 2 do CNJ, corrigindo inconsistências, dando movimentação prioritária, principalmente nos processos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



que necessitam de entrega de laudo pelos peritos, e disponibilizando vagas mais próximas na pauta da audiência.

Orientou-se para a migração dos processos do SAP1G para o PJ-e, por meio da “macro” na plataforma do PJ-e, anexando o relatório de andamentos processuais extraído do SAP1G, como segundo documento do PJ-e, após o saneamento dos processos, excluindo-se os processos com execução frustrada, aptos para arquivamento, com expedição de certidão de crédito sob demanda, conforme despacho modelo da Corregedoria; os processos de falência; e os processos de execução fiscal em que não há interesse da União pelo prosseguimento.

Constatou-se a boa gestão no Pje, com criação de subcaixas, como por exemplo, “aguardando providências” e “aguardando cumprimento de acordo” no formato: “aaaa/mm – quinzena”, facilitando o acompanhamento.

Determinou-se que sejam tirados os destaque de sigilo dos documentos no PJe, quando não mais necessários.

Quanto aos processos com travamento de fluxo no PJe, esclareceram que o problema é certificado. Orientou-se para que, além das certidões, seja colocado “alerta”.

No diz respeito à ocorrência “ROM” do SAP1G, após a remessa ao Juiz vinculado, já designado para outra Unidade, é necessário acompanhamento da Equipe no espaço máximo de quinze dias, ainda que por contato telefônico, até o efetivo recebimento pelo Juiz. Recebidos os autos pelo Juiz, deverá ser feito o lançamento da ocorrência “PAN” (movimento 51).

Apurou-se a existência de processos em arquivo provisório há mais de um ano. A equipe de correição orientou para a retirada dos processos do arquivo, a critério do Juiz, procedendo-se as pesquisas básicas e, se frustrada, o arquivamento definitivo com determinação de expedição de Certidão de Crédito, sob demanda, intimando-se as partes.

Verificou-se que a Unidade está mantendo no acervo processos de falência mesmo após a expedição de carta de habilitação de crédito no Juízo Falimentar, devendo ser procedido o arquivamento dos autos, nos termos do Comunicado GP-CR nº 06/2014.

22.1 - Reunião com o trio gerencial

Observou-se que não foi criada na Unidade a subcaixa “razões finais” e a ocorrência de processos com prazo de razões finais vencido, sem encaminhamento para a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



tarefa “minutar sentença”. Esclareceu a Diretora de Secretaria que os processos de instrução encerrada, são colocados diretamente na caixa “minutar sentença”. Orientou-se para a criação, ainda que os prazos concedidos pelos Magistrados sejam curtos, a fim de se evitar eventuais equívocos, fazendo com que o processo fique fora do fluxo, sem o correto lançamento.

Verificou-se que não utilizam mais a tabela dinâmica por causa do número pequeno de processos físicos. Apenas extraem a relação e separam os processos pelas equipes.

A Unidade utiliza a pauta inteligente, tendo sido encontrados 37 processos que aguardam inclusão em pauta de audiência inicial. Esclareceram que é a própria Juíza Titular quem faz a triagem e marca as audiências e que se tratam de processos que necessitam de realização de perícia, tendo a Exma Juíza Titular informado, previamente, que na Vara entram inúmeras ações com pedido de realização de perícia, muitas vezes desnecessária, sendo incluídas na pauta conforme a possibilidade de vaga.

A Unidade não conta com servidor capacitado pela Escola Judicial do TRT para realização de audiências de mediação. Sugeriu-se a capacitação de servidor a fim de que sejam obtidos resultados ainda melhores, auxiliando na diminuição de processos pendentes de solução.

No que diz respeito à divisão das equipes, informaram que o servidor Sílvio José Batista está inserido em mais de uma equipe, porém, está inserido efetivamente na equipe de execução, apenas auxiliando de forma esporádica nas demais equipes, sem comprometimento de suas tarefas principais.

Informou a Diretora de Secretaria que o Assistente do Juiz Auxiliar, João Batista Duarte, exerce suas funções em teletrabalho, não formalizado, não se encontra inserido em qualquer equipe e não trabalha no método concentrado. A outra Assistente de Juiz, Debora de Almeida Martins, integra a equipe de liquidação, trabalha no método concentrado, além de participar de outras tarefas nas demais fases auxiliando a Juíza Titular.

Salientou-se a necessidade de formalização do teletrabalho e o cumprimento de todas as determinações inseridas na regulamentação acerca da inclusão de todos os servidores em uma das equipes (conhecimento, liquidação e execução) e do método concentrado e não fragmentação de tarefas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Quanto às pausas de dez minutos a cada hora, orientou-se para que sejam observadas para todos os servidores que exerçam tarefas que demandem esforços repetitivos, como as da Secretaria de Audiências.

No que diz respeito aos processos que dependem da realização de perícia, constatou-se que são incluídos na pauta de audiência iniciais e, se inconciliados, é designada perícia, com prazos préfixados para entrega do laudo, impugnações e esclarecimentos. Sugeriu-se a colocação de processos na pauta de mediação/Ini, com efeitos de revelia e arquivamento no caso de ausência, com marcação da data da perícia, conforme agenda do perito; o depósito dos honorários prévios diretamente na conta do perito, considerando-se a natureza da verba, e que o “expert” passe a tomar ciência da perícia pelo painel de controle do PJe e não mais por e-mail enviado pela Secretaria como vem ocorrendo, para se economizar o trabalho da Secretaria com notificações e liberação do depósito. Sugeriu-se, ainda, a critério do Juiz seja marcada audiência de instrução, respeitando-se os prazos da perícia, por ocasião da primeira audiência.

A respeito dos bloqueios do BACEN, eventuais atrasos se deram por motivo de férias do servidor responsável pelo trabalho. Determina-se que as ordens de transferência e de desbloqueio sejam efetuadas de imediato, em face das implicações decorrentes do atraso dessas providências, não se justificando a paralisação dos serviços pelas férias de um servidor.

A respeito das intimações eletrônicas, salientou-se os efeitos positivos que podem delas decorrer – especialmente em caso de reclamadas mais frequentes, Órgão Público ou empresas que estejam estabelecidas em endereços não atendidos pelos Correios, cujo contato possibilitaria a adoção da prática. Esclareceu a Diretora de Secretaria que apenas algumas empresas são notificadas dessa forma, uma vez que as tentativas de obter o consentimento não teve resultado positivos com a maioria das empresas. Sugeriu-se a insistência da medida, incluindo o contato dos Juízes com os advogados, bem como o trabalho dos Oficiais de Justiça nesse sentido.

Quanto ao rastreamento das notificações com mais de seis meses, orientou-se a utilização de caminho alternativo, abrindo-se o site dos Correios pelo navegador Mozilla Firefox, clicar em “fale com os correios”, em seguida, “registros via internet”, no centro do lado esquerdo da tela. Nas caixas, selecionar “reclamação” e “objeto postado com origem e destino nacional”, declara ter lido e concordado com os termos, colocar na caixa o código do registro. O “site” dos Correios dá a informação da data de entrega.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Informaram que no início da liquidação os processos são colocados na pauta de conciliação, com apresentação dos cálculos pelas partes. Inconciliados, os cálculos apresentados são homologados. Não apresentados, é nomeado perito contábil. No caso de revelia, os reclamantes são intimados para apresentação de cálculos. Não apresentados, o processo é sobrestado pelo prazo de 180 dias e depois, ainda não apresentados cálculos é arquivado provisoriamente.

Sugeriu-se a designação de perícia contábil, sendo feito um trabalho de conscientização junto aos peritos de confiança do Juízo, a fim de que se comprometam a fazer tanto os cálculos de processos de reclamada solvente como nos casos de reclamadas insolventes.

Quanto à anotação na CTPS, informam que intimam o reclamante para trazer o documento, nos casos de revelia, e em outros casos excepcionais. No geral, a CTPS é anotada pela reclamada nas audiências, na fase de liquidação.

Informam que deixaram de liberar o depósito recursal imediatamente à homologação dos cálculos, pelo grande número de processos na fase de liquidação, até que fossem colocados em dia os trabalhos, mas já vão começar as liberações. A medida deverá ser acompanhada no processo de pós-correição.

Esclareceram que não conseguem acesso ao sistema de extratos de depósitos do FGTS da Caixa Econômica Federal. Orientou-se para a necessária regularização, ainda que por meio de ofício à Superintendência daquela Instituição Financeira.

A Unidade registra atrasos na liberação de guias e alvarás. Informou a Diretora de Secretaria que fazem a guia, mas, as vezes, demoram para levar no banco, de segunda para sexta-feira, pela quantidade de serviços na Secretaria. Determinou-se a otimização para que se diminua a espera das partes interessadas.

Informaram que o SERASA está sendo feito ao final do processo, antes do arquivamento.

Acerca do arquivo provisório, sugeriu-se o desarquivamento, a critério do Magistrado, para que sejam procedidas novamente as ferramentas de pesquisa e, se infrutíferas, sejam os autos arquivados definitivamente, expedindo-se certidão de crédito, sob demanda, conforme orientações da Corregedoria.

Verificou-se as péssimas condições de conservação do prédio sede da Unidade, com rachaduras no reboco, vazamento e pintura descascada, tendo a Diretora de Secretaria informado que o pedido de reforma já foi formalizado junto ao setor responsável



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



no TRT e que em fevereiro passado vieram para fazer a avaliação das condições, não mais retornando. Solicita que sejam retomados os trabalhos.

Registra-se que, aparentemente, há boa integração entre os servidores.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora recebeu no Gabinete da Juíza Titular da Unidade o Ilustre Advogado, Dr. Gilberto Decourt, OAB-SP 73.050, que compareceu para cumprimentá-la e ressaltou o ótimo trabalho em emprenho da Exma. Juíza Titular e dos demais Magistrados, bem como dos Servidores na condução dos processos.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – a MM. Juíza Titular está autorizada a residir fora da jurisdição da Unidade (processo nº 0000380-84.2015.5.15.0897).

24.2 – O Juiz Substituto Auxiliar Fixo reside na sede da circunscrição;

24.3 – A Juíza Substituta reside na sede da circunscrição;

24.4 – A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre os resultados da Unidade, incentivo à mediação, necessidade de cadastramento no SIMBA e eventual atraso na prolação de sentença pelo Exmo. Juiz Auxiliar Fixo;

24.5. Registra-se a designação dos Magistrados, não identificados pelo sistema e-Sincor no item 2 da ata para substituição do Titular:

Exmo. Sr. Juiz Substituto RONALDO CAPELARI (de 07 de janeiro a 13 de março de 2016).

24.6. Registra-se a designação dos Magistrados, não identificados pelo sistema e-Sincor no item 2 da ata para atuar na Unidade:

Exmo. Sr. Juiz HENRIQUE MACEDO HINZ (23 de junho de 2016);

Exmo. Sr. Juiz HENRIQUE MACEDO HINZ (27 de outubro de 2016);

Exmo. Sr. Juiz HENRIQUE MACEDO HINZ (10 de novembro de 2016);

Exmo. Sr. Juiz Substituto MAURICIO BEARZOTTI DE SOUZA (07 de janeiro a 19



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



de dezembro de 2017).

24.7 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.8 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Diretora, pontualmente, com a ciência da Exma. Juíza Titular, ou seu substituto, se o caso, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 1267/2017.

25 – OFÍCIOS

Determina-se a expedição de ofício à Presidência, dando ciência das condições de conservação do prédio sede da Unidade, conforme consignado no item 22.1, penúltimo parágrafo, para as providências que merecer.

26 – ENCERRAMENTO:

No dia 4 de abril de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, Susana Graciela Santiso, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, Susana Graciela Santiso, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.